CARTOGRAFIAS DE UMA MULHER TRANS NO CAMPO ACADÊMICO: Narrativas de Resistência e (Re)existência na Universidade Pública

Marina Faria dos Santos
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
marina_faria@ufms.br

Telma Romilda Duarte Vaz
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Telma.vaz@ufms.br

RESUMO

Este trabalho integra o projeto *Pesquisa Narrativa: As interfaces entre Diversidade de Gênero, Experiências, Lutas e Resistências no Ambiente Acadêmico*, vinculado ao grupo de pesquisa Biograf. O objetivo é analisar a narrativa de uma estudante transexual no campo acadêmico, buscando compreender suas experiências, desafios e formas de resistência. A pesquisa fundamenta-se na abordagem narrativa biográfica e análise interpretativa em Schütze (1983; 2011), cuja proposta metodológica permite acessar os sentidos atribuídos às experiências vividas. A análise da entrevista revelou elementos centrais da trajetória da participante, como a construção da identidade de gênero, os efeitos da discriminação velada, os medos frente ao futuro profissional e a importância do reconhecimento institucional. A ausência de políticas afirmativas específicas para pessoas trans na universidade pesquisada reforça a necessidade de ações institucionais que promovam justiça e inclusão. Conclui-se que as narrativas trans, quando legitimadas como fontes de saber, têm potência para desestabilizar normas excludentes e transformar os espaços acadêmicos em territórios mais diversos e democráticos.

Palavras-chave: Pesquisa narrativa. Identidade de gênero. Pessoas transexuais. Universidade.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo integra o projeto *Pesquisa Narrativa: As interfaces entre Diversidade de Gênero, Experiências, Lutas e Resistências no Ambiente Acadêmico*, vinculado ao grupo de estudos e pesquisas "Biograf", sob coordenação da professora Drª Telma R. D. Vaz. O objetivo da presente pesquisa é analisar a narrativa de uma estudante transexual no campo acadêmico, buscando compreender suas experiências, desafios e formas de resistência. Para esse fim, partimos do pressuposto de que a população trans enfrenta preconceitos estruturais, sendo historicamente marginalizada e silenciada nas instituições de ensino superior.

Nesse contexto, é importante promover reflexões críticas sobre as trajetórias de estudantes trans, a partir de uma perspectiva decolonial que questione os modelos normativos de gênero impostos pela colonialidade e pelo patriarcado. Ao problematizar tais hierarquias, a

pesquisa pretende contribuir para o debate em torno da justiça social e da construção de ambientes acadêmicos mais inclusivos e equitativos.

A identidade de gênero — compreendida como a forma pela qual um indivíduo se percebe e se expressa no mundo — constitui um aspecto central da experiência humana. No caso das pessoas transgêneras, essa identidade não corresponde ao sexo biológico atribuído ao nascimento. Judith Butler, importante teórica contemporânea, propõe que a identidade de gênero não é uma essência fixa, mas uma construção performativa e discursiva. Segundo Butler, o gênero é um "feito" que resulta de atos repetidos culturalmente significativos, e a identidade de gênero é produzida por essas performances, sem existir uma identidade anterior a elas. Assim, a identidade é um efeito do discurso e das práticas sociais, não uma condição prévia ou natural.

É importante destacar os termos essenciais para compreender a diversidade de gênero, que incluem: transgênero ou trans, que designa pessoas cuja identidade de gênero difere do sexo atribuído ao nascer; travesti, indivíduo que se identifica com o gênero feminino e adota vestimentas associadas, mesmo sem passar por transição médica; não-binário, pessoa que não se identifica exclusivamente como homem ou mulher; nome social, que é o nome pelo qual a pessoa trans prefere ser chamada; e transfobia, que se refere à discriminação ou preconceito contra pessoas trans.

Jesus (2020) afirma que a população transgênera é composta majoritariamente por mulheres transexuais, homens transexuais, travestis e outras expressões identitárias que rompem com a lógica binária de gênero. A transgeneridade, portanto, deve ser reconhecida como uma expressão legítima da diversidade humana, e não como uma anomalia ou patologia (ONU Mulheres, 2023; Jesus, 2020).

É imprescindível respeitar a identidade de gênero, utilizar o nome social e assegurar o direito à autodeterminação e ao reconhecimento legal da identidade, combatendo a transfobia como forma de discriminação (ONU Mulheres, 2023). No âmbito acadêmico, o preconceito e a discriminação seguem sendo barreiras significativas enfrentadas por essa população. Desde a negação do uso do nome social até formas mais sutis de violência simbólica e institucional, essas experiências comprometem tanto o acesso quanto a permanência de pessoas trans no ensino superior. A exclusão acadêmica impacta diretamente seu bem-estar emocional, sua autoestima e suas possibilidades profissionais, aprofundando desigualdades estruturais

relacionadas a gênero, classe, raça e sexualidade.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa insere-se na abordagem narrativa biográfica, com base nos aportes teóricos de Clandinin e Connelly (2000) e Vaz (2018), que reconhecem o valor das narrativas como forma de construção de conhecimento a partir das experiências singulares e coletivas dos sujeitos.

A análise da entrevista realizada com a estudante foi orientada pela proposta de Fritz Schütze (2011), sociólogo vinculado à tradição da sociologia interpretativa que visa compreender como os sujeitos organizam suas experiências e elaboram sentidos a partir de suas trajetórias. Assim, ao privilegiar as vozes de pessoas transgêneras, esta pesquisa não se limita a documentar vivências, mas busca reconhecê-las como formas legítimas de saber, resistência e reexistência diante das estruturas normativas e excludentes do campo acadêmico.

No campo teórico, o estudo ancora-se na perspectiva decolonial, que denuncia a persistência das formas de opressão herdadas da colonialidade do poder, entre elas o sistema de gênero binário e patriarcal (Lugones, 2008). Essa abordagem permite tensionar os modos como a universidade reproduz normas cisheteronormativas e racializadas, ao mesmo tempo em que valoriza as estratégias de resistência cotidianas desenvolvidas por sujeitos dissidentes.

O feminismo, por sua vez, é convocado como ferramenta crítica e política na defesa dos direitos das pessoas trans. Lerner (1986) afirma que o patriarcado, consolidado como sistema de dominação, deve ser desmantelado como condição para a construção da justiça social. Nessa direção, Bell Hooks (2000) defende um feminismo interseccional, comprometido com a inclusão das múltiplas formas de existência e identidade.

Como observa Fernandes (2024), embora haja avanços na visibilidade de pessoas trans na mídia, na política e na academia, ainda persistem desafios estruturais profundos que comprometem a plena garantia de sua dignidade e direitos. Diante desse cenário, reafirma-se a urgência de políticas educacionais inclusivas, que assegurem condições equitativas de acesso, permanência e reconhecimento das identidades de gênero nas instituições de ensino superior.

A metáfora da cartografia, mobilizada ao longo desta pesquisa, permite um olhar atento aos percursos, deslocamentos e territórios subjetivos que compõem a experiência de uma mulher trans no campo acadêmico. Ao acompanhar sua trajetória, não se objetiva apenas descrever um percurso individual, mas compreender como essa vivência revela dinâmicas estruturais de exclusão e, simultaneamente, formas de resistência e (re)existência. Trata-se de

reconhecer essas vozes como produtoras de saberes situados, que tensionam as fronteiras do conhecimento acadêmico e ampliam os horizontes de uma universidade verdadeiramente democrática, plural e comprometida com a justiça social.

2 QUESTÕES DE GÊNERO E DIVERSIDADE: EPISTEMOLOGIAS DA DIFERENÇA

Em "Notas sobre as travessias da população trans na história", publicado na revista Cult, em 12 de junho de 2018, Jaqueline Gomes de Jesus apresenta a trajetória histórica das pessoas trans, destacando a evolução dos termos e a percepção social associada a essa população.

A autora reflete sobre o poder dos nomes e como estes são atribuídos e transformados ao longo do tempo. Ela observa que, enquanto crianças recebem nomes que lhes conferem dons e proteções, grupos sociais marginalizados frequentemente são rotulados de maneira genérica e pejorativa. Um exemplo é o termo "negros", utilizado para designar diversos povos africanos durante o tráfico transatlântico de escravizados, carregando uma conotação negativa desde o século XV. De maneira semelhante, pessoas trans — aquelas que não se identificam com o gênero que lhes foi atribuído socialmente — enfrentam uma história de estigmatização e marginalização.

Historicamente, antes do termo "transexual", utilizava-se "travesti", derivado do latim *transvestire*, que significa "*além de vestir*". No século XVI, os italianos popularizaram o termo *travestito*, referindo-se a indivíduos disfarçados, e os franceses o adotaram com uma conotação pejorativa para descrever homens que se vestiam como mulheres. Entre povos nativos norte-americanos, pessoas que hoje identificaríamos como trans eram chamadas de "*berdaches*", atualmente conhecidas como "two-spirit", indicando indivíduos que incorporam papéis de dois gêneros ou pertencem a um terceiro gênero. Contudo, o termo "*berdache*" é considerado antiquado e ofensivo, pois foi imposto por antropólogos e não era utilizado pelos próprios nativos (Jesus, 2018).

Para a autora, a relação ambígua da sociedade brasileira com as travestis e mulheres transexuais é marcada por fascínio e abjeção. No século XIX, por exemplo, ocorriam bailes de travestis no Rio de Janeiro para entreter marinheiros, evidenciando uma curiosidade misturada com preconceito. A visita da artista francesa Coccinelle ao Rio de Janeiro, em 1962, gerou grande tumulto, refletindo essa dualidade na percepção pública.

Segundo Jesus (2018), no âmbito médico e jurídico, a transexualidade foi historicamente tratada como patologia. O sexólogo alemão Magnus Hirschfeld, no início do

século XX, utilizou o termo *transvestite* para descrever indivíduos que se vestiam com roupas do gênero oposto, geralmente por interesse sexual. Seu colega Harry Benjamin cunhou o termo "transexual" em 1966, propondo procedimentos clínicos para identificação e atendimento dessas pessoas. No Brasil, o médico Roberto Farina realizou a primeira cirurgia de redesignação genital em 1971, enfrentando processos judiciais e acusações de lesões corporais graves, refletindo o estigma e a incompreensão da época.

A organização política das pessoas trans no Brasil ganhou força a partir da década de 1990, com a fundação de associações como a Associação das Travestis e Liberados do Rio de Janeiro (Astral), em 1992, marcando o Dia do Orgulho de Ser Trans e Travesti. Entidades nacionais como a Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros (Antra[1]) e a Rede Trans surgiram no início do século XXI, focando em pautas como despatologização, diversidade de gênero, inserção no mercado de trabalho e representatividade nas artes e na política (Jesus, 2018).

Para a autora, apesar dos avanços, a sociedade brasileira ainda não reconhece plenamente a humanidade das pessoas trans, evidenciado pelo alto número de assassinatos por crimes de ódio. Ela destaca a importância da visibilidade e da luta por direitos, ressaltando que a cultura do corpo e a "oralitura" desenvolvidas pelas travestis brasileiras são frequentemente invisibilizadas ou apropriadas por outros grupos sociais. O panorama histórico das experiências e desafios enfrentados pela população trans ressalta a necessidade de reconhecimento, respeito e inclusão dessa comunidade na sociedade.

No campo acadêmico, a desconstrução de preconceitos, em pleno século XXI, permanece um assunto velado, pouco discutido e frequentemente invisibilizado em suas causas mais essenciais.

> A interseccionalidade diz respeito a como relações de poder interligadas, baseadas em categorias como gênero, raça, classe, sexualidade, nacionalidade e capacidade, se articulam para produzir diferentes formas de privilégio e opressão. Ela não se limita a somar identidades, mas examina como esses eixos se interconectam dinamicamente em contextos históricos e sociais específicos (Collins; Bilge, 2021, p. 31).

Conforme enfatizam as autoras, as desigualdades sociais não podem ser analisadas isoladamente, pois sistemas como racismo, sexismo, capitalismo e heteronormatividade operam

[1] Antra: Sigla para Associação Nacional de Travestis e Transexuais, é uma organização brasileira fundada em 2000 que atua na defesa dos direitos humanos e na promoção da cidadania de travestis e transexuais. A ANTRA é reconhecida por sua atuação em políticas públicas, produção de dados sobre violência contra a população trans que advoga em prol da igualdade de gênero e da diversidade sexual (Antra, 2024).

de forma imbricada. Importante destacar que a interseccionalidade não é apenas sobre "identidades múltiplas", mas sobre como os sistemas estruturais criam e perpetuam desigualdades. Nesse sentido, a interseccionalidade se distingue de teorias que tratam opressões de forma separada ou aditiva (ex.: racismo + machismo), insistindo em sua natureza interdependente.

De acordo com a Antra, pessoas transgêneras enfrentam desafios significativos para compreender suas próprias identidades, além de sofrerem com obstáculos sociais, como dificuldades financeiras e acesso limitado a empregos dignos, e familiares, como a não aceitação ou até mesmo a expulsão de casa ainda na adolescência. Ao ingressar no ambiente acadêmico, muitas vezes encontram um cenário desanimador, marcado por olhares de estranheza e atitudes discriminatórias, que contrastam com suas esperanças e determinação (Antra, 2024).

Butler (2003) nos fala da importante e necessária crítica às concepções normativas de gênero, identidade e desigualdade. Para Butler, as normas de gênero são produzidas e mantidas por meio de estruturas de poder, que marginalizam e excluem aqueles que não se conformam às identidades binárias. Segundo a autora, a desigualdade de gênero é mantida por discursos que naturalizam a heteronormatividade e a coerência entre sexo, gênero e desejo. Essa coerência imposta opera como um regime normativo que regula os corpos e as identidades: “As categorias identitárias tendem a ser instrumentos de regulação, já que funcionam para manter e legitimar a coerência cultural entre sexo, gênero, identidade e desejo” (Butler, 2003, p. 33).

Para Butler (2003) a identidade de gênero não é uma essência inata, mas sim um conjunto de atos reiterados que criam a ilusão de uma identidade fixa. Assim, as normas que sustentam a desigualdade de gênero podem ser contestadas e subvertidas por performances que desestabilizam o que se entende por masculino e feminino. Nesse sentido, a filósofa discute a transexualidade como um fenômeno que desafia as categorias rígidas de gênero.

De acordo com Butler, pessoas trans evidenciam que o gênero não é um dado biológico, mas uma construção social e discursiva. O reconhecimento da identidade trans desafia a suposição de que há uma relação necessária entre corpo e identidade de gênero: “Se a identidade de gênero é uma construção performativa, então não há uma verdade interna do gênero, mas sim uma série de atos que produzem a aparência dessa verdade” (Butler, 2003, p. 190).

Ao questionar a ideia de que o gênero deve necessariamente corresponder ao sexo

biológico, Butler abre espaço para uma compreensão mais fluida das identidades trans, indicando que a transformação corporal e a autodeterminação são legítimas expressões do direito à subjetividade. É nesse contexto que Suely Rolnik (2019), em sua obra *Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada*, oferece uma contribuição relevante ao debate sobre gênero e subjetividade ao propor uma crítica contundente às normas de vida coloniais, capitalísticas e patriarcais que afetam profundamente a constituição dos corpos e das existências dissidentes. Para a autora, a colonização opera não apenas no plano territorial, mas também no domínio dos desejos, da sensibilidade e das formas de existir, promovendo uma captura da vida por normas que interditam a diferença e inibem a potência criadora.

Rolnik sustenta que os corpos dissidentes, como os das pessoas trans, ativam forças de insurreição ao desafiar as normas estabelecidas e recusar os modos de existência autorizados pelas estruturas de poder hegemônicas. Essas existências transgridem os códigos normativos de identidade e abrem espaço para a emergência de outras formas de vida, afirmando a diversidade como uma potência ética e política. Como afirma a autora: “O que está em jogo nos movimentos feministas e nas lutas queer não é apenas a inclusão de outras identidades no regime dominante, mas a afirmação de uma outra lógica de existência, baseada na sensibilidade, no desejo e na multiplicidade” (Rolnik, 2019, p. 76).

Essa perspectiva aponta para a urgência de políticas públicas e práticas institucionais que reconheçam e respeitem a pluralidade de modos de ser e de viver, rompendo com a lógica da exclusão, do silenciamento e da violência simbólica. No Brasil, os avanços legais referentes à população trans, embora significativos, ainda ocorrem de forma lenta e desigual. Um marco relevante foi a decisão do Supremo Tribunal Federal, em 2018, que reconheceu o direito de pessoas trans à retificação de nome e gênero nos registros civis, sem exigência de cirurgia ou apresentação de laudos médicos. Essa medida representou um importante passo em direção ao reconhecimento da autonomia identitária e à despatologização das vivências trans.

Contudo, os dados demonstram um cenário alarmante. O relatório da ANTRA (2024) revela que o Brasil segue liderando, pelo décimo sexto ano consecutivo, o ranking mundial de assassinatos de pessoas trans. As principais vítimas são mulheres trans e travestis negras, com baixa escolaridade e em situação de vulnerabilidade social extrema. De acordo com o 8º Dossiê da ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), divulgado em 27 de janeiro de 2025, o Brasil registrou: 122 pessoas trans e travestis assassinadas em 2024, representando uma queda de 16 % em relação ao ano anterior, que teve 145 casos. Dessas, 117 (95,9 %) eram

travestis ou mulheres trans, e 5 eram homens trans ou pessoas transmasculinas. Cinco vítimas eram defensoras de direitos humanos (Agência Brasil).

Ainda, a ANTRA contabiliza, desde 2008, um total de 1.179 assassinatos de pessoas trans, travestis, homens trans, pessoas transmasculinas e não binárias. O relatório reforça que, com esses dados, **o Brasil ocupa o 1º lugar globalmente em assassinatos de pessoas trans, pelo décimo-sexto ano consecutivo**. Esse padrão é reforçado pelos dados de 2024, ano em que o país se manteve no topo desse doloroso ranking. Esses números alarmantes escancaram um cenário de violência sistêmica que perpetua a discriminação de forma bárbara contra pessoas trans no Brasil – uma realidade que demanda atenção crítica e ações urgentes para proteção, notificação adequada e responsabilização dos responsáveis por tais crimes.

Para enfrentar esse persistente cenário de violência contra pessoas trans no Brasil, é urgente a implementação de políticas públicas integradas que articulem ações nas áreas de segurança, educação, saúde e justiça. Em primeiro lugar, é fundamental garantir a notificação qualificada e obrigatória de casos de violência transfóbica, com a devida tipificação nas estatísticas oficiais, o que permitirá o planejamento de ações mais eficazes. Além disso, é necessário promover campanhas educativas massivas, desde a educação básica até a formação de profissionais de saúde, segurança pública e justiça, voltadas à desconstrução da transfobia estrutural e à promoção do respeito à diversidade de gênero. O Estado deve assegurar o acesso equitativo a direitos básicos, como moradia, trabalho e educação, por meio de ações afirmativas e programas de inclusão laboral. O acesso ao mercado de trabalho formal, contudo, permanece severamente restrito para a população trans, fazendo com que a prostituição se configure, para muitas, como a única alternativa de subsistência – realidade que aprofunda sua vulnerabilidade social e expõe ainda mais essa população à violência. Por fim, é imprescindível fortalecer os mecanismos de proteção às defensoras e defensores de direitos humanos LGBTI+, muitas vezes alvo preferencial de ameaças e agressões, garantindo-lhes segurança institucional e reconhecimento público. A reversão desse quadro exige compromisso político e mobilização social em torno da dignidade humana como princípio inegociável.

Diante desse panorama, torna-se imperativo que as universidades e outras instituições educativas assumam um papel ativo na construção de espaços seguros, inclusivos e afirmativos para pessoas trans. Isso implica não apenas a adoção de políticas de nome social e o oferecimento de apoio psicológico e pedagógico, mas também o compromisso com a produção de conhecimento que dialogue com os saberes e as experiências dessa população. A presença

de pessoas trans nos espaços acadêmicos deve ser reconhecida não como concessão, mas como um direito legítimo e como oportunidade de ampliação epistemológica.

Jaqueline Gomes de Jesus (2018) ressalta que: "a presença de pessoas trans nos espaços educacionais e acadêmicos desestabiliza as certezas normativas e amplia os horizontes da produção de saber, promovendo um conhecimento mais plural, democrático e comprometido com a justiça social". A autora propõe uma compreensão ampliada da transgeneridade, que não se restringe à ideia de transição entre os polos masculino e feminino, mas abrange múltiplas vivências que desafiam as normas cisgêneras hegemônicas. A autora defende que o respeito à identidade de gênero — tal como é vivida e expressa por cada pessoa — é essencial para a dignidade e o reconhecimento social, jurídico e simbólico das pessoas trans. Essa identidade não é apenas individual, mas se constrói coletivamente em contextos marcados por exclusão, resistência e luta por direitos.

A linguagem, nesse processo, assume papel central: o uso correto de pronomes e nomes sociais não é mera formalidade, mas um gesto político de reconhecimento e inclusão. A invisibilidade institucional, somada à ausência de políticas públicas eficazes, perpetua desigualdades históricas que comprometem a cidadania plena das pessoas trans. Nesse sentido, Jesus (2012) e Rolnik (2019) convergem ao defender que a luta por reconhecimento deve vir acompanhada de ações educativas que enfrentem discursos patologizantes e promovam a pluralidade das experiências de gênero. Rolnik alerta para os perigos da fixação identitária, propondo que a verdadeira transformação se dá ao desafiar as estruturas que cristalizam as diferenças.

Os discursos patologizantes sobre as identidades trans e dissidentes de gênero derivam, em grande medida, de teorias que naturalizam a diferença sexual ou a ancoram em estruturas simbólicas rígidas. Perspectivas como o essencialismo biológico e certas vertentes da psicanálise freudiana e lacaniana historicamente contribuíram para a medicalização e a marginalização dos corpos trans, tratando-os como desvios da norma cisheterossexual. Ao atribuírem centralidade ao falo ou à anatomia como elementos fundantes da subjetividade, essas abordagens legitimam a exclusão e produzem efeitos concretos de sofrimento psíquico, exclusão social e institucionalização da violência.

O Quadro 1: Teorias e práticas sociais na perspectiva de gênero contribui para essa discussão ao evidenciar como distintas abordagens teóricas constroem interpretações diversas sobre o gênero e suas implicações nas práticas sociais, inclusive no campo acadêmico e

institucional. Essa comparação nos permite compreender as disputas em torno das representações de gênero e seus efeitos na formulação de políticas públicas inclusivas.

Quadro 1: Teorias e práticas sociais na perspectiva de gênero

Teoria	Principais Ideias	Como a Teoria Organiza as Práticas Sociais	Teorias Enquadradas
Perspectivas Biológicas	Características psicológicas e sociais decorrem de diferenças biológicas/anatômicas inatas.	Impõe rígidos papéis de gênero baseados na biologia, reforçando a dicotomia macho/fêmea e a complementaridade dos sexos.	Essencialismo Biológico, Darwinismo Social
Psicanálise	Identidades de gênero construídas por identificações com os pais; pênis/falo é central.	Reforça binarismos e a dominação masculina ao considerar o pênis/falo como elemento central da organização psíquica.	Psicanálise Freudiana, Psicanálise Lacaniana
Antropologia Estrutural	Relações de gênero organizadas por estruturas simbólicas que perpetuam desigualdades.	Presume uma complementaridade necessária para a reprodução social e biológica, mantendo papéis de gênero tradicionais.	Estruturalismo
Teorias Modernas	Relações de gênero moldadas por sistemas econômicos e políticos que perpetuam desigualdades.	Enfatiza como as relações de gênero são estruturadas por fatores externos, perpetuando desigualdades estruturais.	Marxismo, Patriarcado, Funcionalismo Estrutural
Teorias Pós-modernas	Gênero como construção performativa repetitiva; desconstrução de binarismos tradicionais.	Questiona normas heteronormativas, promovendo maior fluidez nas identidades de gênero e desconstruindo padrões binários.	Pós-Estruturalismo, Queer Theory

Fonte: Adaptado de Tilio (2014).

Conformo podemos ver em Tilio (2014) as abordagens tradicionais sobre as relações de gênero, como as perspectivas biológicas, tendem a sustentar explicações essencialistas ao se fundamentarem em diferenças anatômicas e fisiológicas. Tais perspectivas legitimam a atribuição de papéis de gênero rígidos e complementares, reforçando hierarquias naturalizadas. A psicanálise, embora reconheça a influência da cultura na constituição subjetiva, frequentemente reproduz binarismos ao tomar o falo como referência simbólica central na estruturação da psique, estabelecendo relações assimétricas entre os gêneros. Já a antropologia

estrutural evidencia como as relações de gênero são mediadas por sistemas simbólicos que operam na reprodução de padrões normativos e desigualdades persistentes.

Em contrapartida, as teorias modernas, como o marxismo e a teoria do patriarcado, deslocam o eixo explicativo para as dimensões histórico-materiais, econômicas e políticas. Nessas abordagens, as desigualdades de gênero são compreendidas como produto de sistemas de dominação estrutural, nos quais a opressão das mulheres e a divisão sexual do trabalho estão articuladas ao controle dos corpos e à lógica da exploração. Por sua vez, as teorias pós-modernas — como o pós-estruturalismo e a teoria queer — questionam os pressupostos ontológicos do sujeito e os binarismos identitários, propondo uma concepção de gênero como construção performativa e relacional, produzida nas práticas discursivas e nas interações sociais. Essas teorias desafiam as normas heteronormativas e contribuem para a desconstrução das categorias fixas de identidade, promovendo a emergência de subjetividades dissidentes.

A pluralidade dessas abordagens teóricas permite ampliar a compreensão das disputas conceituais e políticas em torno do gênero, evidenciando os mecanismos pelos quais se produzem e se mantêm as desigualdades nas esferas simbólica, institucional e cotidiana. A partir desse panorama, torna-se evidente que os estudos de gênero não apenas constituem um campo de reflexão interdisciplinar, mas também configuram um espaço de tensionamento e transformação das práticas sociais.

Nesse sentido, é fundamental assinalar que a inclusão das experiências trans nos debates acadêmicos sobre gênero não se restringe à valorização da representatividade, mas constitui uma operação epistemológica e política que desloca os marcos tradicionais de análise. Incorporar as vivências trans como ponto de partida para a produção de conhecimento implica revisar criticamente categorias como sujeito, corpo, identidade e poder, bem como interrogar os dispositivos normativos que sustentam as exclusões. Trata-se de uma convocação à reconstrução de práticas acadêmicas, sociais e institucionais fundadas na equidade, no reconhecimento da diferença e na promoção da justiça social.

Ao reconhecer os saberes oriundos das experiências trans como legítimos e necessários, amplia-se o campo epistemológico e afirma-se um compromisso com a radicalidade democrática. Mais do que tolerar a diversidade, é preciso assumi-la como princípio estruturante de uma sociedade plural, na qual todas as existências possam ser afirmadas em sua dignidade e complexidade.

3. CAMINHOS DA PESQUISA – NARRATIVAS SOB A LENTE DE FRITZ SCHÜTZE

Nesta seção apresentamos os fundamentos metodológicos da investigação desenvolvida com base na abordagem da pesquisa narrativa, cuja centralidade recai sobre a experiência vivida e narrada por uma mulher transgênera, estudante da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). A opção por essa metodologia responde ao compromisso epistemológico com a valorização das vozes subalternizadas e ao reconhecimento do conhecimento situado, produzido a partir da experiência concreta dos sujeitos em contextos sociais específicos.

A pesquisa narrativa, enquanto estratégia qualitativa de investigação, parte do entendimento de que os sujeitos constroem sentidos sobre si e sobre o mundo por meio de relatos que organizam temporalmente os acontecimentos significativos de suas vidas. Tais relatos não são meramente descritivos, mas sim práticas discursivas que expressam modos de ver, sentir e compreender a realidade. Trata-se, portanto, de um modo de acesso privilegiado à subjetividade e às mediações sociais que conformam as trajetórias dos indivíduos, especialmente daqueles marcados por experiências de exclusão e resistência (Vaz, 2018).

A análise narrativa desenvolvido por Fritz Schütze (1983), sociólogo alemão vinculado à sociologia interpretativa, cuja ênfase recai sobre os processos de construção de sentido na interação social e na linguagem. Schütze (1983; 2011) propõe uma metodologia rigorosa de análise narrativa que visa compreender a estrutura interna das narrativas e os processos comunicativos por meio dos quais os sujeitos constroem suas identidades, posicionamentos e compreensões sobre suas experiências.

A abordagem em Schütze distingue, entre outras dimensões, as fases de narrativa propriamente dita, comentário argumentativo e segmentos dialogais, permitindo identificar momentos em que a narradora relata eventos de forma cronológica, interpreta ou avalia suas vivências, ou interage diretamente com o entrevistador. A escolha metodológica, portanto, está profundamente ancorada nos compromissos éticos e políticos da pesquisa crítica, que busca não apenas descrever realidades, mas interrogar os regimes de verdade que sustentam desigualdades, abrindo espaço para vozes e saberes historicamente silenciados.

4. PESQUISA NARRATIVA COM UMA MELHER TRANS NA UNIVERSIDADE

Nesta seção, apresentamos a análise da narrativa de Antígona, cuja trajetória é abordada como expressão singular de uma experiência social marcada por rupturas, resistências e reconstruções identitárias. A narrativa, enquanto forma de produção de conhecimento, revela dimensões subjetivas que, embora singulares, estão profundamente imbricadas nas estruturas

sociais e nas dinâmicas de poder que atravessam os corpos dissidentes.

Conforme argumenta Vaz (2018), a proposta metodológica de Fritz Schütze permite uma apreensão densa e sensível das trajetórias de vida, articulando, de modo simultâneo, a dimensão estrutural do contexto social e a agência dos sujeitos. Trata-se de uma abordagem que reconhece a força das determinações sociais, sem, contudo, reduzir a experiência à reprodução dessas estruturas, valorizando os processos de significação e elaboração subjetiva construídos pelos/as próprios/as narradores/as.

A análise desenvolvida está organizada em torno de cinco eixos temáticos, construídos a partir do percurso narrativo de Antígona:

Eixo 1 – Reconstrução de uma identidade: da infância à transição;

Eixo 2 – Relações familiares e reconstrução do afeto;

Eixo 3 – Inserção universitária, expectativas e medos;

Eixo 4 – Discriminação velada, resistência cotidiana e produção de si;

Eixo 5 – Esperança, sonho e reivindicação por reconhecimento.

Esses eixos analíticos não apenas organizam a narrativa, mas também possibilitam compreender os sentidos atribuídos pela estudante à sua presença enquanto mulher transgênera em uma universidade pública. A partir deles, é possível identificar os enfrentamentos cotidianos que marcam sua trajetória, bem como os mecanismos de exclusão, resistência e acolhimento que constituem sua experiência no espaço acadêmico.

A narrativa de Antígona, portanto, emerge como um campo fecundo para refletir sobre os processos de subjetivação e reconhecimento em contextos institucionais ainda atravessados por normas cisheteronormativas.

Eixo 1: Reconstrução de uma identidade – da infância à transição

A entrevista se inicia com um segmento típico de sequência narrativa, em que Antígona[2] reconstrói sua história de vida a partir da infância. Ela relata a experiência precoce de sentir-se

[2] O nome **Antígona** foi adotado na pesquisa como pseudônimo para preservar a identidade da entrevistada, assegurando o anonimato e a ética na condução do estudo. Essa escolha também remete simbolicamente à resistência e à luta por direitos. O nome Antígona tem origem na mitologia e tragédia grega, mais especificamente na obra clássica "Antígona" de Sófocles (1996), escrita no século V a.C. Antígona é uma personagem emblemática da tragédia grega, filha de Édipo e Jocasta, e é conhecida por sua coragem, determinação e luta pela justiça em face das leis do Estado. Na peça, Antígona desafia a autoridade do rei Creonte para garantir o direito de sepultar seu irmão Polinices, contrariando uma proibição estatal. Sua ação simboliza a resistência ética e a defesa dos direitos familiares e humanos contra leis consideradas injustas.

menina, expressa por meio das brincadeiras com bonecas e da identificação com o universo feminino. Esse trecho apresenta um encadeamento cronológico e emocional claro:

"*Desde o começo da minha infância eu já me sentia uma menina... gostava de brincar de boneca, gostava de estar junto com as meninas...*"

Neste momento, evidencia-se um processo de construção identitária interrompido por condicionantes sociais: a família do interior, a ausência de apoio, e a tentativa de repressão da subjetividade emergente. O trecho é intercalado por comentários reflexivos, nos quais a entrevistada interpreta retroativamente sua vivência e denuncia os efeitos do preconceito e da ignorância:

"Se eu tivesse tido apoio desde criança eu tinha feito a minha transição na infância mesmo... Mas como eu não entendia o que acontecia comigo, e meus pais muito menos..."

O conflito interno vivenciado por Antígona durante a infância – particularmente simbolizado na cena da separação por filas de meninos e meninas na escola – ganha força como uma imagem de deslocamento, de não pertencimento institucionalizado. Esse episódio se repete como um marcador simbólico em outras narrativas de pessoas trans, apontando para a violência do binarismo de gênero nas práticas escolares cotidianas.

Ao longo da sequência, Antígona descreve a descoberta de sua identidade de gênero a partir de um processo gradual de autoafirmação, intermediado pela relação com uma amiga que a incentivou a "perder o medo". A transição é narrada como um rito de passagem que implicou rupturas com a representação anterior (menino gay) e com o medo da rejeição social. Essa fase contém segmentos reflexivos sobre os marcadores sociais da diferença, especialmente em relação ao corpo e à passabilidade:

"Eu sou uma menina branca, eu sou uma trans passável... muitas vezes eu passo despercebida..."

Aqui o uso do conceito de "passabilidade" introduz um dispositivo de normatividade intra-identitária, que revela os efeitos da cisnormatividade sobre os corpos trans: quanto mais próximos da feminilidade cisgênera, maior a aceitação e menor a violência. Aqui, a narrativa ganha densidade ao tensionar privilégios relativos, mesmo dentro de uma condição socialmente marginalizada. Simakawa (2020) discute o conceito de "passabilidade" referindo-se à capacidade de uma pessoa transgênera ser percebida socialmente como pertencente ao gênero com o qual se identifica, sem que sua identidade de gênero seja questionada ou percebida como "não legítima". Em termos simples, uma pessoa trans "passável" é aquela cuja aparência,

comportamentos e modos de expressão são lidos socialmente como "coerentes" com o gênero que afirma — geralmente de acordo com padrões cisnormativos.

Nesse sentido, Simakawa (2020) citando Namaste (2000), destaca que é possível compreender como a presença de pessoas trans em espaços públicos está submetida a um conjunto de regulações normativas de gênero que operam como mecanismos de controle e exclusão. A entrada desses sujeitos na esfera pública só é viabilizada mediante a performatização de uma identidade de gênero socialmente sancionada, ou seja, que se alinhe às expectativas cisnormativas e à lógica da heterossexualidade compulsória.

Assim, a fala de Antígona, ao mencionar sua passabilidade pode ser analisada à luz das reflexões de Viviane Namaste *apud* Simakawa (2020) sobre os trânsitos im+possíveis no espaço público e as regulações normativas que condicionam a participação social de pessoas trans. A presença desses sujeitos em espaços públicos está condicionada à performatização de identidades de gênero que sejam sancionadas pelas normas cisheteronormativas, sendo a passabilidade um dos principais critérios de legitimação.

Nesse sentido, a autoidentificação de Antígona como "trans passável" revela não apenas uma dimensão subjetiva de segurança ou conforto em sua expressão de gênero, mas também evidencia um mecanismo social de filtragem, no qual apenas os corpos trans que conseguem “passar despercebidos” — ou seja, que se adequam visualmente às normas binárias de gênero — são parcialmente autorizados a circular no espaço público sem sofrerem violência direta ou interpelações constantes.

A categoria de passabilidade, portanto, emerge como um marcador de privilégio relacional dentro das próprias hierarquias trans, pois protege certos corpos ao mesmo tempo em que torna outros mais vulneráveis à exclusão, à patologização e à violência. Assim, o "rito de passagem" narrado por Antígona não se refere apenas a uma transformação identitária, mas também à negociação contínua de sua visibilidade e segurança em contextos públicos regulados por normas de gênero excludentes. O espaço público não é neutro: ele é constituído e protegido por práticas que excluem aqueles que não performam adequadamente o gênero socialmente esperado. Dessa forma, Antígona inscreve sua trajetória no campo das tensões entre pertencimento e exclusão, entre reconhecimento social e apagamento identitário.

Eixo 2: Relações familiares e reconstrução do afeto

A segunda parte da narrativa centra-se nas relações familiares e afetivas. A transição de

gênero aparece como um processo relacional, que envolve também os pais da entrevistada – especialmente a mãe, com quem mantém uma relação de maior proximidade. A resistência inicial dos pais é interpretada por Antígona como uma forma de medo, principalmente pela violência social que recai sobre pessoas trans:

"Acredito que no fundo era uma preocupação mesmo... de como as pessoas iriam me receber..."

Esse é um comentário argumentativo típico, em que a narradora oferece uma explicação para o comportamento dos outros, interpretando-o à luz de seu próprio entendimento e da realidade social mais ampla. A aceitação familiar, nesse sentido, é narrada como conquista gradativa, mediada por provas de responsabilidade, persistência e comprometimento pessoal da entrevistada. A transformação da relação com a mãe é apresentada como um deslocamento da rejeição para o reconhecimento da filha, o que constitui um elemento fundamental da reconstrução simbólica de Antígona como sujeito de direito à felicidade:

"Eu expliquei pra eles que eles já tinham tido a vida deles... e que eu não achava justo eu não ser feliz por ser quem eu era..."

Esse segmento articula narrativa e comentário reflexivo, revelando uma argumentação ética sobre o direito à autenticidade e ao afeto.

Eixo 3: Inserção universitária, expectativas e medos

A inserção de Antígona no espaço universitário é narrada como uma experiência, até o momento, relativamente positiva. Ela destaca a ausência de violências explícitas e o acolhimento geral que encontrou no ambiente da UFMS. No entanto, a narrativa traz uma importante distinção entre o que é *vivido* e o que é *esperado* — marcando a existência de um medo latente, especialmente em relação ao futuro exercício profissional como professora:

"O meu único medo é enfrentar o preconceito que eu vou sofrer dos pais e das crianças."

Esse trecho combina sequência narrativa (ao remeter à sua trajetória acadêmica e escolha de curso) com um comentário reflexivo, em que Antígona antecipa desafios ainda não vivenciados, mas esperados em função de sua identidade de gênero. Essa antecipação do preconceito não é apenas uma suposição: ela é informada por um histórico de violências sociais e familiares que, como destaca a própria entrevistada, configuram o Brasil como um dos países mais violentos para pessoas LGBTQIA+.

Outro aspecto relevante aparece na escolha do curso de pedagogia. Antígona revela que essa escolha foi inicialmente instrumental, associada à necessidade de "fazer algo", mas relata também que não se identifica plenamente com o curso:

"*Até hoje não me identifiquei muito com o curso... queria ter tentado administração...*"

Esse comentário, embora aparentemente lateral, pode ser lido como indício de uma busca por pertencimento e sentido — elementos centrais na constituição identitária, especialmente em contextos de interseção entre gênero, classe e projeto de vida.

A universidade, nesse sentido, aparece como espaço contraditório: ao mesmo tempo promissor e ameaçador. É um lugar de reconhecimento parcial, que exige estratégias de autodefesa e vigilância constantes.

Eixo 4: Discriminação velada, resistência cotidiana e produção de si

Um dos trechos mais densos da entrevista refere-se à forma como Antígona percebe e gerencia o preconceito. Ela reconhece que, embora não tenha sofrido agressões diretas na universidade, os olhares, os comentários e as perguntas invasivas são formas sutis, porém constantes, de violência simbólica:

"A gente percebe olhares... mas diretamente comigo, graças a Deus, eu ainda não tive."

A ausência de violência explícita não significa ausência de violência. Antígona expressa uma percepção aguda da discriminação velada, que exige dela a construção de mecanismos de autoproteção, o que ela chama de "blindagem":

"Eu aprendi a me blindar... sempre estou na defensiva..."

Este é um exemplo claro de como os sujeitos constroem estratégias narrativas de resistência, conceito fundamental na sociologia interpretativa. Ao narrar-se como alguém que "aprendeu a se blindar", Antígona posiciona-se como sujeito ativo na gestão do sofrimento social, evitando que a hostilidade do ambiente comprometa sua integridade emocional e psicológica. Além disso, ela denuncia o funcionamento da normatividade cisheterossexual nas interações cotidianas:

"Se você entra num conflito... aí a gente é barraqueira, a gente caça confusão..."

Aqui, a fala de Antígona revela o estigma que recai sobre pessoas trans quando elas reivindicam respeito ou reagem à discriminação. A expectativa de docilidade e passividade é imposta como norma, e seu rompimento é interpretado como desvio. Antígona nomeia essa dinâmica e, ao fazê-lo, desestabiliza a imagem da pessoa trans como frágil ou despolitizada,

reafirmando-se na luta e na resistência que desde cedo aprendeu a performar.

Eixo 5: Esperança, sonho e reivindicação por reconhecimento

A entrevista se encerra com uma poderosa reivindicação de reconhecimento e de dignidade. Antígona afirma o direito das pessoas LGBTQIA+ — e, por extensão, de todas as minorias sociais — a sonhar, estudar, ter uma profissão e conquistar estabilidade material:

"Acho que todos nós temos direitos de sonhar... de ingressar numa faculdade, ter uma profissão, futuramente ter um salário bem remunerado."

Esse trecho se apresenta como um comentário argumentativo normativo, no qual a entrevistada constrói uma ética do reconhecimento baseada na empatia e na justiça. Ela também defende que a inclusão deve ser trabalhada desde cedo, por meio da educação:

"Por isso que é importante a gente trabalhar isso na escola, na universidade, em qualquer lugar..."

O discurso de Antígona articula elementos individuais e coletivos. Ela afirma que o preconceito se perpetua porque, muitas vezes, as pessoas "não têm em casa" alguém que pertença a grupos minorizados. A inclusão, portanto, não é apenas uma política institucional, mas um processo de transformação cultural e de ampliação da sensibilidade social.

Ao reivindicar mais programas, projetos e momentos formativos na universidade, Antígona se posiciona como agente de mudança, alguém que não apenas narra sua trajetória de superação, mas propõe caminhos coletivos para o enfrentamento da ignorância e da exclusão:

"Tem muitas pessoas que até podem ser uma pessoa transgênero, mas têm esse medo, essa insegurança..."

A afirmação de Antígona explicita não apenas uma dimensão subjetiva de temor, mas também a força das estruturas normativas que regulam a expressão de gênero na esfera pública. Essa fala evidencia que assumir a identidade trans vai além de uma decisão individual: trata-se de um enfrentamento a dispositivos sociais que operam pela violência simbólica, pela patologização e pelo silenciamento. Nesse sentido, narrar sua trajetória configura-se como um gesto de resistência, pois rompe com o apagamento e reivindica o direito à existência digna.

Podemos compreender que o medo e a insegurança mencionados por Antígona são efeitos das regulações que delimitam quem pode circular com legitimidade nos espaços públicos — inclusive nos acadêmicos. Só têm acesso pleno à esfera pública os sujeitos que performam uma identidade de gênero sancionada, coerente com a matriz cisheteronormativas e

a passabilidade funciona como uma espécie de "autorização informal" de pertencimento, e sua ausência pode transformar o simples ato de estar em público num constante risco de violência ou questionamento.

A potência da narrativa de Antígona reside exatamente na ruptura com esse ciclo de silenciamento. Ao compartilhar sua vivência, ela não apenas ocupa um lugar historicamente negado às pessoas trans — o da escuta legítima — como também denuncia as múltiplas camadas de exclusão que ainda operam dentro do próprio ambiente universitário. Sua presença, voz e elaboração narrativa constituem um gesto político de marcação de território, em que o espaço acadêmico deixa de ser apenas um campo de reprodução normativa para tornar-se também um lugar de disputa, de reconhecimento e de (re)existência.

5. ANÁLISE INTERPRETATIVA – VIVÊNCIAS TRANS NO CAMPO ACADÊMICO

A análise da narrativa de Antígona, realizada à luz da metodologia de Fritz Schütze e da sociologia interpretativa, evidencia a força epistemológica e política dos relatos de vida como forma de resistência e produção de sentido. Vale lembrar que este estudo, integrante do projeto *Pesquisa Narrativa: As interfaces entre Diversidade de Gênero, Experiências, Lutas e Resistências no Ambiente Acadêmico*, vinculado ao grupo de pesquisa Biograf, tem como objetivo central compreender, por meio das narrativas, as experiências vividas por pessoas transexuais no campo acadêmico, com atenção especial aos desafios enfrentados, aos mecanismos de exclusão e às estratégias de enfrentamento mobilizadas por esses sujeitos.

Dessa forma, defendemos a tese de que a população trans é sistematicamente atravessada por preconceitos estruturais que se expressam também nas instituições de ensino superior, seja pela violência simbólica e institucional, seja pela negação do reconhecimento da identidade de gênero como direito fundamental. A experiência universitária de Antígona, embora marcada por conquistas, demonstra a persistência de violências veladas, a fragilidade de políticas institucionais efetivas de inclusão e a necessidade constante de "blindagem" como estratégia de sobrevivência.

A identidade de gênero, entendida neste trabalho como construção subjetiva e social que se refere à forma como o sujeito se reconhece e se apresenta ao mundo, é um eixo central da experiência humana. No caso das pessoas transgêneras, essa identidade não corresponde ao sexo biológico atribuído ao nascimento, mas constitui-se como vivência legítima de si. Conforme destaca Jaqueline Gomes de Jesus (2020), a transgeneridade abarca um conjunto de expressões que desafiam as categorias binárias de gênero e, longe de qualquer compreensão

patologizante, deve ser reconhecida como parte constitutiva da diversidade humana.

Nesse sentido, as narrativas como a de Antígona trazem à tona os impactos subjetivos e sociais da exclusão acadêmica e revelam como gênero, classe e raça se entrecruzam para conformar desigualdades persistentes. A universidade, ainda atravessada por lógicas cisnormativas e por currículos que silenciam ou estigmatizam existências dissidentes, precisa ser tensionada e transformada por meio da escuta ativa, da produção de conhecimento plural e da valorização de outras epistemologias — em especial aquelas situadas nas experiências de sujeitos historicamente marginalizados.

Adotar uma perspectiva decolonial para interpretar essas narrativas significa romper com a lógica do universal neutro e questionar os modelos normativos de gênero impostos pela colonialidade e pelo patriarcado. Trata-se de reconhecer que o campo acadêmico é um espaço atravessado por disputas, cujas regras de pertencimento não são naturais, mas construídas historicamente. A presença de pessoas trans nesses espaços, como no caso de Antígona, não apenas desestabiliza as normas vigentes, mas propõe outras formas de ser, saber e resistir.

A escuta da narrativa de Antígona nos convoca a revisar criticamente o papel da universidade na reprodução (ou superação) das desigualdades de gênero. Sua trajetória revela a potência política da voz que insiste, que se inscreve e que transforma. Antígona, como figura simbólica e concreta, encarna a transgressão criadora e nos lembra que toda narrativa que emerge da margem carrega a possibilidade de refundar o centro. Ao narrar-se, ela não apenas resiste: ela reivindica o direito de existir com dignidade e de transformar o mundo por meio da palavra.

A professora Gabrielle Weber, da Escola de Engenharia de Lorena (EEL) da USP para o Jornal da USP, publicado em 31 de março de 2025, nos lembra que nas últimas décadas, o acesso ao ensino superior público foi ampliado por meio de políticas de ação afirmativa, com destaque para as cotas raciais. Contudo, pessoas trans ainda enfrentam barreiras significativas: representam apenas 0,93% dos graduandos nas universidades federais, apesar de corresponderem a cerca de 1,86% da população. A inclusão dessa população segue sendo limitada, com avanços recentes. Weber (2025) diz que Foi “[...] apenas em 2018 que cotas de acesso à graduação para pessoas trans são criadas pela primeira vez na Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)”.

Ainda de acordo com Weber (2025) atualmente 14 universidades federais possuem cotas para pessoas trans: Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB); Universidade Federal da

Bahia (UFBA); Universidade Federal do ABC (UFABC); Universidade Federal do Rio Grande (Furg); Universidade Federal de Lavras (Ufla); Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Universidade Federal de São Paulo (Unifesp); Universidade Federal Fluminense (UFF); Universidade de Brasília (UnB); Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); Universidade de Rondônia (Unir); Universidade Federal do Sergipe (UFS); Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio).

Em relação às universidades estaduais, 6 aderiram às cotas trans: Universidade do Estado da Bahia (Uneb); Universidade de Feira de Santana (UEFS); Universidade do Estado do Amapá (Ueap); Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb) e Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

Apesar dos avanços conquistados em diversas instituições brasileiras, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) ainda não incorporou a reserva de vagas para pessoas trans em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Essa ausência não se configura apenas como uma lacuna administrativa ou técnica, mas revela um vácuo político significativo. Ao não adotar medidas afirmativas específicas para a população trans, a UFMS mantém um modelo universitário que perpetua desigualdades históricas, desconsiderando as demandas urgentes por justiça social e pertencimento. Em um contexto em que outras universidades têm se movido — ainda que tardiamente — para reparar as exclusões produzidas pela cisnormatividade estrutural, a inércia institucional da UFMS aponta para a necessidade de maior pressão política e engajamento dos coletivos trans e aliados, a fim de que a universidade cumpra seu papel social de inclusão e promoção da equidade.

Nesse sentido, é importante pontuar que as recentes conquistas em prol da inclusão de pessoas trans no ensino superior público brasileiro têm origem na mobilização intensa de coletivos trans e movimentos estudantis, que vêm denunciando sistematicamente as violências e exclusões enfrentadas por essa população nas universidades. A partir da constatação de que a transfobia institucional impede o acesso e a permanência digna de pessoas trans nos espaços acadêmicos, tais coletivos iniciaram lutas por reconhecimento e direitos básicos.

Weber (2025) lembra que na Universidade Federal do ABC (UFABC), por exemplo, a luta começou após um caso de transfobia envolvendo uma funcionária terceirizada impedida de usar o banheiro, o que impulsionou a criação de políticas de cotas. Já na Universidade Estadual

de Campinas (Unicamp), a articulação de grupos como o Ateliê TransMoras e o Núcleo de Consciência Trans resultou na aprovação de ações afirmativas específicas após mobilizações em uma greve estudantil.

Na Universidade de São Paulo (USP), o cenário ainda é marcado por forte exclusão: em 2022, pessoas trans representavam menos de 0,2% da comunidade universitária, e a maioria relatou sofrer ou presenciar episódios de transfobia, além de altos índices de sofrimento psicológico. As mobilizações evidenciam que a presença e a resistência organizada de coletivos trans têm sido decisivas para confrontar a cisnormatividade acadêmica e construir políticas que promovam o pertencimento e a dignidade nos espaços universitários (Antra, 2025).

Nesse contexto, reconhecer as trajetórias de estudantes como Antígona é não apenas dar visibilidade, mas também convocar a universidade a reconfigurar seus compromissos com a justiça social, adotando políticas que efetivamente garantam o direito à permanência e à dignidade para todas as existências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo analisar as narrativas de uma estudante transexual no campo acadêmico, a fim de compreender suas experiências, desafios e formas de resistência no contexto da educação superior pública. A partir da abordagem da pesquisa narrativa, fundamentada na sociologia interpretativa de Fritz Schütze, foi possível acessar, com profundidade e sensibilidade, os sentidos atribuídos por Antígona à sua trajetória pessoal, acadêmica e política. A análise revelou dimensões centrais da vivência trans no ambiente universitário, atravessadas por processos simultâneos de exclusão, reinvenção e resistência. As violências simbólicas, os medos internalizados e a constante vigilância a que está submetida revelam a persistência de uma cultura institucional ainda marcada por normas cisheteronormativas e estruturas que operam o silenciamento das dissidências.

A narrativa de Antígona emerge como denúncia e contranarrativa diante de um contexto nacional alarmante: segundo o Dossiê da ANTRA (2024), o Brasil segue, pelo décimo sexto ano consecutivo, liderando o ranking mundial de assassinatos de pessoas trans, com 122 casos registrados apenas em 2024. Esses dados expressam a materialidade de uma violência estrutural de gênero que ultrapassa os muros da universidade, mas que nela também se reproduz de maneira sutil e institucionalizada. Ao se afirmar como mulher trans no espaço acadêmico, Antígona desestabiliza lógicas normativas e rompe com os discursos patologizantes

historicamente sustentados por paradigmas biomédicos, psicanalíticos e estruturalistas, que ainda tratam identidades trans como desvios da norma. Tais discursos, ao reduzirem a diversidade de gênero a uma anomalia ou desordem psíquica, operam como dispositivos de regulação e exclusão, produzindo sofrimento e marginalização.

Nesse cenário, a universidade pública – enquanto espaço de produção de saber e formação cidadã – tem a responsabilidade ética e política de romper com a omissão e de assumir um compromisso efetivo com a justiça social e os direitos humanos. Isso exige não apenas a revisão crítica de currículos, práticas pedagógicas e processos de gestão, mas também a institucionalização de políticas de gênero específicas e afirmativas. No caso da UFMS, a ausência de políticas voltadas à população trans, como cotas nos processos seletivos e ações de permanência estudantil, revela o quanto o discurso da diversidade ainda não se traduz em práticas institucionais concretas. A não implementação dessas políticas, já presentes em outras universidades públicas brasileiras, explicita uma resistência que precisa ser enfrentada com coragem e responsabilidade.

Ao narrar sua história, Antígona afirma sua existência como ato político, epistêmico e pedagógico. Sua trajetória convoca a universidade a escutar com atenção radical, a repensar suas estruturas excludentes e a reconhecer os saberes historicamente desautorizados por uma lógica hegemônica. Esta pesquisa, ao centralizar sua narrativa, propõe não apenas documentar uma trajetória de resistência, mas contribuir para a ampliação do campo de escuta e o fortalecimento de políticas que reconheçam e legitimem as múltiplas formas de ser, existir e aprender. Narrar-se, aqui, é resistir ao apagamento, é ensinar a partir da dor e da potência, e é, sobretudo, reconstruir o mundo a partir de corpos e vozes que insistem em viver.

REFERÊNCIAS

ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais). **Dossiê 2025**: Assassinatos e violências contra pessoas trans em 2024. Publicado em 27 de janeiro de 2025. Disponível em: https://antrabrasil.org/assassinatos/. Acesso em: 25 mar. 2025.

_____. **Dossiê 2024**: Assassinatos e violências contra pessoas trans em 2023. Publicado em 29 de janeiro de 2024. Disponível em: https://antrabrasil.org/assassinatos/. Acesso em: 25 mar. 2025.

_____. (Associação Nacional de Travestis e Transexuais). Dossiê **2023**: Assassinatos e violências contra pessoas trans em 2022. Publicado em 27 de janeiro de 2023. Disponível em: https://antrabrasil.org/assassinatos/. Acesso em: 25 mar. 2025.

_____. (Associação Nacional de Travestis e Transexuais). Dossiê **2022**: Assassinatos e violências contra pessoas trans em 2021. Publicado em 29 de janeiro de 2022. Disponível em: https://antrabrasil.org/assassinatos/. Acesso em: 25 mar. 2025.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade 4275**. Relator: Ministro Marco Aurélio. Brasília: STF, 2018.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: Feminismo e Subversão da Identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CLANDININ, D. J.; CONNELLY, F. M. **Pesquisa narrativa**: experiência e história na investigação qualitativa. São Francisco: Jossey-Bass, 2000.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

DE TILIO, Rafael. **Teorias de Gênero:** Principais Contribuições Teóricas Oferecidas pelas Perspectivas Contemporâneas. Revista Gênero, Niterói, v. 14, n. 2, p. 125-148, 1º sem. 2014.

FERNANDES, Nathalia. **A importância da inclusão das pessoas trans no ambiente** acadêmico. Revista Diversidade, 2024.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo:** Políticas arrebatadoras. Trad. [Nome do Tradutor]. São Paulo: Rosa dos Tempos, 2020.

HOOKS, bell. ***O feminismo é para todo mundo****: políticas arrebatadoras*. Tradução Ana Luiza Libânio. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Transgeneridade:** Uma abordagem multidisciplinar. São Paulo: Editora XYZ, 2020.

_____. Notas sobre as travessias da população trans na história. Revista Cult, São Paulo, n. 235, p. 16-21, 12 jun. 2018.

JUNQUEIRA, R. D. **Homofobia:** limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. Bagoas, n. 1, p. 1-22, 2007.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**. Trad. [Nome do Tradutor]. São Paulo: [Editora], 1986.

LERNER, Gerda. ***A criação da consciência feminista****: da Idade Média.* São Paulo: Editora Cultrix, 2022.

LIMA, M. **Coletivos LGBTs Negros em Universidades Brasileiras**. São Paulo: Editora UFSCar, 2020.

LUGONES, María. **Colonialidade de gênero**. *Tabula Rasa*, n. 9, p. 73-101, 2008.

ONU Mulheres. **Visibilidade trans:** 5 coisas que você precisa saber sobre os direitos humanos das pessoas trans. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/noticias/visibilidade-trans-5-coisas-que-voce-precisa-saber-sobre-os-direitos-humanos-das-pessoas-trans/. Acesso em: 2 jun. 2025**.**

SCHÜTZE, Fritz. **Biographieforschung und narratives Interview**. Neue Praxis, v. 13, n. 3, p. 283-293, 1983.

SCHÜTZE, Fritz. Pesquisa biográfica e entrevista narrativa. In: WELLER, W.; PFAFF, N.

(Org.). **Metodologias da pesquisa qualitativa em educação**: teoria e prática. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 210-222.

SÓFOCLES. **Antígona**. Tradução: Millôr Fernandes. 4. edição. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

VAZ, Telma Romilda Duarte. **Para além dos nascidos em berço esplêndido**: narrativas docentes sobre o trabalho dos professores no campo das políticas de ações afirmativas na UFMS. 2018. 328 p. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2018. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/entities/publication/73d76ba5-b6e7-4793-9d9f-9713f42af9ae. Acesso em: 29 de jun. de 2027.

WEBER, Gabrielle. **Cotas trans:** por uma universidade em transição. *Jornal da USP*, São Paulo, 31 mar. 2025. Disponível em: https://jornal.usp.br/?p=871567. Acesso em: 27 maio 2025.